

EDUCAÇÃO DO CAMPO: UM ESTUDO DAS PRÁTICAS PEDAGÓGICAS DE UMA PROFESSORA COM ALUNO SURDO

FIELD EDUCATION: A STUDY OF THE PEDAGOGICAL PRACTICES OF A TEACHER WITH A DEAF STUDENT

Célia Camelo de Sousa 1

Resumo: O presente artigo teve como objetivo estudar a prática pedagógica de uma professora do campo com um aluno surdo, em sala de aula regular, na localidade Pilões, município de Floriano - PI. Para entender a investigação, surgiu a indagação: Como ocorreu a prática pedagógica de uma professora do campo com aluno surdo? O aporte teórico utilizado foram os seguintes autores: Gil (2008), Ribeiro (2015) Souza (2006), Meurer (2010), Constituição brasileira (1988), Lira (2016) e o decreto nº 5625/2005. Valorizou como metodologia uma pesquisa bibliográfica e entrevista. Identificou como resultados que a professora e nem seu aluno surdo sabiam LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais). Percebeu que a interação dos outros alunos com ele era difícil, pois o surdo sofria bullying. Concluiu que a prática pedagógica da professora com a LIBRAS, teve que trabalhar com imagens, com o lúdico, gestos de mão e a escrita.

Palavras-chave: Prática Pedagógica. Surdo. Educação do Campo.

Abstract: This article aimed to study the pedagogical practice of a rural teacher with a deaf student, in a regular classroom, in Pilões, Floriano - PI. To understand the emerged investigation, we ask: How did the pedagogical practice of a rural teacher with a deaf student occur? The theoretical support used was the following authors: Gil (2008), Ribeiro (2015), Souza (2006), Meurer (2010), Brazilian Constitution (1988), Lira (2016) and Decree No. 5625/2005. It valued as a methodology a bibliographical research and an interview. He identified as results that neither the teacher nor her deaf student knew LIBRAS (Brazilian Sign Language). He realized that the interaction of other students with him was difficult, as the deaf suffered bullying. He concluded that the teacher's pedagogical practice with LIBRAS had to work with images, with play, hand gestures and writing.

Keywords: Pedagogical Practice. Deaf. Countryside Education.

Introdução

O presente artigo teve como objetivo estudar a prática pedagógica de uma professora do campo com um aluno surdo, em sala de aula regular, na localidade Pilões, município de Floriano- PI. Contextualizou a escola do campo sob olhar de Souza (2006) e Meurer (2010), esclarecendo os descasos e exclusão de direitos com a educação do campo ao longo da história até a Constituição brasileira de 1988. O mesmo documento regulamenta o direito de todos terem acesso independente de território a educação.

A implementação da educação no campo teve como sujeito o estado, o mesmo instituiu as políticas educacionais na escola conhecida como educação rural. Um modelo tradicional conteudista, ou seja, que não visava saberes que se assimilassem com a singularidade do campo. A educação do campo surgiu e foi desenhada pelos sujeitos do campo e do movimento sem-terra, mediante muitas lutas das organizações sócio políticas das comunidades, assentamentos, quilombolas, indígenas, superando o modelo de educação rural desenhada pelo estado do século XX.

Ao longo da história da educação, os surdos e deficientes auditivos tiveram seus direitos a educação negados, assim como os que viviam afastados das zonas urbanas. Eram todos considerados incapazes de viver em sociedade e ter acesso aos direitos dos demais cidadãos. Há muitos relatos de tortura física e psicológica na história da comunidade surda. A Constituição de 1988, foi a primeira a incluir o direito de todos a educação, nenhuma outra constituição havia possibilitado esse direito, mas não foi motivo para a comunidade do campo e comunidade surda, se isentar de lutar, por conquistas dos direitos negados.

A lei de nº 10436/05 de abril de 2002, que considera a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS), como uma forma de comunicação e expressão, que a escola é obrigada a incluir o aluno na sala de aula regular, onde ele vai vivenciar as práticas educativas possibilitando seu desenvolvimento cognitivo e afetivo. No ano de 2005 é instituído o decreto 5.626/2005 que regulamenta a lei 10.436 de 24 de abril de 2002. O documento estabelece que a disciplina LIBRAS fosse “obrigatória nos cursos superiores para a formação de professores para a docência no ensino médio e superior de instituições de ensino pública e privada do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados do Distrito Federal e dos municípios” (DECRETO nº 5.626/2005).

Para entender a investigação, surgiu a indagação: Como ocorreu a prática pedagógica de uma professora do campo com um aluno surdo? Utilizou como metodologia uma pesquisa bibliográfica, em que valorizou: Gil (2008), Ribeiro (2015), Souza (2006), Meurer (2010), Constituição brasileira (1988), Lira (2016) e o decreto nº 5625/2005. Ainda, utilizou uma entrevista livre com a professora, que possibilitou entender sua prática com o educando surdo. Quanto a justificativa da escrita desse estudo, percebeu a necessidade em pesquisar sobre esta temática, tendo como relevância uma contribuição para os próximos pesquisadores.

A partir do momento que a escola recebe o aluno com deficiência surge a necessidade da comunidade pedagógica se preparar para propiciar uma vivência plena no ambiente visando seu desenvolvimento. A dificuldade não o faz menos merecedores que os demais, que suas práticas pedagógicas, não são neutras, necessita de humanização, rigor, ética e auto avaliação.

Quanto aos resultados foi identificado que o desafio da prática da professora, foi em superar a dificuldade de comunicação, incluindo em sua prática uma maior atenção ao aluno com a deficiência auditiva. Ela teve a sensibilidade de trabalhar com imagens, com o lúdico, leitura labial, gestos de mão e a escrita que adquiriu através da escolarização. A interação dos outros alunos com o aluno surdo, era voltado por preconceitos devido sua singularidade, sofrendo bullying. Considera que a relação da singularidade da educação do campo com a prática de inclusão e que a educadora e nem o aluno surdo sabiam LIBRAS (Língua Brasileira de Sinais).

Metodologia

A metodologia constitui elemento indispensável para a construção de uma pesquisa. É a partir dela que o pesquisador vai conduzir o seu trabalho proporcionando um maior rigor científico através do emprego de métodos, instrumentos, técnicas e procedimentos específicos.

Neste sentido, o estudo valorizou uma abordagem qualitativa, pesquisa bibliográfica, descritiva e exploratória. Utilizou os seguintes autores: Gil (2008), Ribeiro (2015), Souza (2006), Meurer (2010), Constituição brasileira (1988), Lira (2016) e o decreto nº 5625/2005.

O presente estudo tem como abordagem qualitativa, “se fundamenta no paradigma da interpretação da realidade, com a finalidade de explicar fenômenos dentro de determinados contextos, mais especificamente, contextos sociais” (RIBEIRO, 2015, p. 41). Ao comentar sobre esse tipo de abordagem, revisitou a subjetividade dos sujeitos da pesquisa, em que foi importante analisar suas falas ao longo das entrevistas realizadas.

Para esta pesquisa, valorizou ainda a pesquisa bibliográfica como um dos procedimentos empregados para a coleta de dados. Visto que, conforme Gil (2008, p. 50), “[...] algumas pesquisas, em função de suas características, não se enquadram facilmente num ou noutro modelo [...]”. Neste sentido, a pesquisa bibliográfica foi importante para que desenvolva um estudo como este.

O estudo foi de natureza aplicada, ou seja, “se destina a aplicar leis, teorias e modelos, na solução de problemas que exigem ação e/ou diagnóstico de uma realidade” (POLAK; DINIZ; PEQUENO, 2014, p. 71). Com isto, foi importante analisar a fala da professora entrevistada. A pesquisa aconteceu no primeiro momento na UFPI com a professora. O segundo momento foi realizado a construção do artigo sobre a prática da educadora com o aluno surdo.

Entretanto, a entrevista foi o instrumento da pesquisa, sendo as perguntas livres, digo, na medida que surgia interesse por fazer pergunta sobre alguma temática, acontecia de forma espontânea, com uma professora da educação básica de Floriano-PI, que teve um aluno surdo. No qual Tompson (1992, p. 254) destaca que “a melhor maneira de dar início ao trabalho pode ser mediante entrevistas exploratórias, mapeando o campo e colhendo ideias e informações”. Neste sentido, “as fontes orais de educadores colaboraram na elaboração de narrativas históricas” (FIALHO, 2020, p. 3).

O intuito, com isso, foi coletar informações sobre a prática da pesquisada, na qual a participante demonstrou interesse em esclarecer qualquer pergunta e de forma agradável. Com isso, “a entrevista oral pode ter como finalidade a constituição de um corpus, isto é, a coleta de um grande número de depoimentos sobre um tema determinado” (FERREIRA; AMADO, 2006, p. 235).

Com isto, valorizou também a pesquisa descritiva, pela sua própria essência, pois tem como objetivo descrever detalhadamente sobre o assunto estudado, apresentando as suas características, seus conceitos e depois efetuar a análise de conteúdo. É o tipo de pesquisa desenvolvida quando se estuda por livros e trabalhos acadêmicos com o intuito do que se conseguiu constatar. Também um estudo exploratório, já que tem como finalidade identificar melhor, averiguar como ocorre a prática pedagógica de uma professora do campo com um aluno surdo. Ainda, esse tipo de pesquisa exploratória, “empregam-se geralmente procedimentos sistemáticos ou para a obtenção de observações empíricas ou para as análises de dados (ou ambas, simultaneamente)” (MARCONI; LAKATOS, 2003, p. 188).

Neste sentido, a garantia da conquista de direitos para a educação do campo, foi marcada por lutas e resistência da população do campo, dos assentamentos, dos quilombolas e indígenas. O campo não era só fazendas de produção visando o capital, lá vivem comunidades que ao longo da história construíram saberes, hábitos e identidade cultural.

A educação do campo construiu através das lutas dos movimentos sociais, com o intuito da produção de saberes no campo e para campo, ou seja,

Enquanto as escolas no campo representam um modelo pedagógico ligado a uma tradição ruralista de dominação, a escola do campo representa uma proposta de construção de uma pedagogia, tomando como referências as diferentes experiências dos seus sujeitos: os povos do campo (FERNANDES, 2004, p.142).

Os sujeitos do campo são seres capazes de identificar suas particularidades e necessi-

dades, trabalhando em cima das mesmas, a fim de, propiciar uma educação emancipadora. Somente na Constituição de 1988 a educação é promulgada como direitos de todos.

A educação do campo “nasceu” no Encontro Nacional de Educadoras e Educadores da Reforma Agrária (ENEERA), fomentada por transformações no comportamento político, social dos camponeses que em contraposição a forma como acontecia a aplicação da educação rural, tendo como sujeito pensante o estado. Defendia uma pedagogia crítica emancipadora, que conversa com a singularidade do campo.

A educação do campo nasceu dos pensamentos, desejos e interesses dos sujeitos do campo, que nas últimas décadas intensificaram suas lutas, espacializando-se e territorializando-se formando territórios concretos e imateriais, construindo comunidades políticas, determinando seus destinos na construção de duas ideologias, suas visões de mundo (SOUZA, 2006, p. 16.).

A educação rural do século XX, (anterior a educação do campo) formulada pelo estado era tradicional, reprodutora, conteudista, centralizada em formar um comportamento civilizado, pacífico e não queriam que houvesse questionamentos críticos de suas realidades pelos camponeses. Segundo Souza,

[...] Nesse tempo, foi o espaço de controle político dos ruralistas que determinavam, como os camponeses deveriam pensar o seu mundo, conforme a visão dos ruralistas que determinavam como os camponeses deviam pensar o seu mundo, confirme a visão dos ruralistas (SOUZA, 2006, p. 16).

O Movimento dos Trabalhadores Rurais (MTR) e o Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária (PRONERA), fomentaram a conquista de políticas, que também contribuiu possibilitando a construção da educação do campo.

[...] O campo é visto como um lugar atrasado porque as perspectivas de auto sustentabilidade dos agricultores poderiam aparecer como independência, como emancipação e não subjugação a mercados e políticas externas (MEURER, 2010, p. 18).

Transmitindo essa ideologia através das mídias, educação e meios de comunicação de forma objetiva e subjetiva, pois, de acordo com Meurer (2010, p. 18),

[...] A partir do momento em que a relação do indivíduo com sua classe é a de submissão a condições de vida e de trabalho pré-fixados essa submissão faz com que cada indivíduo não possa se reconhecer como fazedor de sua própria classe.

Uma educação acessível que aborde a mesma “língua” do campo oferta emancipação pessoal. Mediante tudo isso teve o entendimento que os sujeitos da educação do campo possuem especificidades. Segundo Fernandes, Cerioli e Caldart (2004, p. 23), a “educação do campo precisa ser uma educação específica e diferenciada, isto é, alternativa. Mas sobretudo deve ser educação, no sentido amplo de processo de formação humana, que constrói diferenças culturais e políticas [...]”.

Ao mencionar sobre o surdo, inicia com conceito dessa palavra que o decreto 5626/2005, definiu sendo

Considera-se pessoa surda aquela que, por ter perda auditiva, compreende e interage com o mundo por meio de experiências visuais, manifestando sua cultura principalmente pelo uso da Língua Brasileira de Sinais - Libras. Parágrafo único. Considera-se deficiência auditiva a perda bilateral, parcial ou total, de quarenta e um decibéis (dB) ou mais, aferida por audiograma nas frequências de 500Hz, 1.000Hz, 2.000Hz e 3.000Hz (DECRETO de nº 5626 /2015. art. 2, p. 1)

O documento passou a diferenciar esse tipo de deficiência, possibilitando um maior esclarecimento sobre o mesmo. Durante muito tempo o surdo foi compreendido como incapaz pela sociedade. Deficientes auditivos e surdos foram excluídos historicamente de estarem nas escolas, sendo seu direito à participação na sociedade como os demais deficientes.

A educação do campo apresenta uma similaridade, no quesito de serem excluídos de seus direitos à educação ao longo da história.

Na ausência de políticas públicas para a população do campo seja educação saúde, transporte, moradia, trabalho, revela se o impedimento de pessoas com deficiência viverem com dignidade e participarem da vida social (RABELO, CALADA, APUD, CAIADO MELETTI, 2017, p. 102).

Foram longos períodos de resistência do movimento político do campo na conquista de direitos. A Constituição de 1988 foi o primeiro documento com garantia de direitos sociais. Dentre os registros deste documento teve: registros para os deficientes e população do campo. Essa Constituição ficou conhecida como constituição cidadã.

Lira (2016, p. 46) fala que: “As sociedades sempre descobrem novas formas de diferenciação, por isso a inclusão é um processo sem fim e deverá sempre caminhar sanando os males daqueles que ficam a margem”. Posterior a Constituição de 1988 outro direito conseguido para os surdos foi a lei de nº 10436 de abril de 2002, que considera, portanto a LIBRAS “uma forma de comunicação e expressão, onde a escola é obrigada a incluir o aluno na sala de aula regular, em que vai vivenciar as práticas educativas possibilitando seu desenvolvimento cognitivo e afetivo”.

No ano de 2005, é instituído o decreto 5.626/2005 que regulamenta a lei 10.436 de 24 de abril de 2002. O documento estabeleceu que a disciplina de LIBRAS “é obrigatória nos cursos superiores para a formação de professores para a docência no ensino médio e superior de instituições de ensino pública e privada do sistema federal de ensino e dos sistemas de ensino dos Estados do Distrito Federal e dos municípios”.

Neste sentido, a LIBRAS foi ganhando espaço nos espaços, nas instituições públicas e privadas. Com isto, fez surgir em diversos espaços a sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), que

Segundo o artigo 2º da Resolução nº. 4/2009, é complementar à formação do aluno por meio da disponibilização de serviços, recursos de acessibilidade estratégias que eliminem as barreiras para a sua plena participação na sociedade e desenvolvimento de sua aprendizagem [...]. O atendimento educacional especializado é realizado, prioritariamente, em salas de recursos multifuncionais de escolas regulares, e este atendimento deve ocorrer no contra turno da escolarização

(não são estipulados nos documentos aqui citados qual a frequência por semana dos alunos atendidos), pois não substitui a classe comum. Esta resolução aponta inclusive outras modalidades de AEE, como o domiciliar e o hospitalar e, também, a sua oferta em centros de atendimento (públicos, comunitários, confessionais e filantrópicos) (LIMA, 2015, p. 71-72).

Essas salas é um espaço inclusivo e que vem ajudando muitos alunos a desenvolver sua aprendizagem, contribuindo em ajudar o ensino regular neste desenvolvimento. Na escola do campo, precisa ser efetivado esse espaço, pois ainda falta sala para atender esse público.

Com isso, vem tornando um dos desafios fazer o imbricamento desse serviço, com a educação do campo. O trabalho docente no campo,

Só ocorre através da pesquisa e formação dos educadores, para que possam reconstruir sus práticas, e romper com processos cristalizados, e se impliquem na reconstrução de si mesmos. Grande parte dos educadores avalia que faltam condições para que construam/reconstruam uma prática voltada à realidade que irão atender. Precisam de uma formação que ofereça além de aspectos teóricos-metodológicos, materiais didáticos e pedagógicos que deem sustentação a essa renovação (MEURER, 2010, p. 24).

No entanto, a escola, em especial na temática referida neste estudo que é a educação do campo deve compreender, que cada nação possui sua língua de sinais, ou seja,

As línguas de sinais apresentam-se numa modalidade diferentes das línguas orais; são línguas espaço-visuais, ou seja, a realização dessas línguas não é estabelecida através dos canais oral-auditivos, mas através da visão e da utilização do espaço. A diferença na modalidade determina o uso de mecanismos sintáticos especialmente diferentes dos utilizados nas línguas orais. As línguas de sinais são sistemas linguísticos independentes dos sistemas das línguas orais, desmitificando a concepção “e”. São línguas naturais que se desenvolvem no meio em que vive a comunidade surda. As pessoas surdas de uma determinada região encontram-se e comunicam-se através de uma língua de sinais de forma análoga a qualquer outro grupo sociocultural que utiliza uma língua falada (QUADROS, 1997, p. 46-47).

Percebe que possui características próprias e por isso que tem sua gramática e uma forma única de se comunicar. Nisso, os ouvintes devem adequar a realidade dessa clientela que passou a estar inserido na sociedade, procurando conhecer sua cultura e seu universo.

Por isso que Fernandes, Cerioli e Caldart (2004, p. 51) destacam que a escola do campo precisa “acesso de toda a população a uma escola pública, gratuita e de qualidade, desde a educação infantil até, pelo menos, o ensino médio, já colocando no horizonte a demanda do ensino superior”. Isso também é inclusão, pois todos e todas possuem direito a educação.

Para Arroyo (2004, p. 84), “a escola é peneiradora e seletiva. A escola seriada é uma das instituições mais seletivas e excludentes da sociedade brasileira”. Essa cultura seletiva, é difícil de ser superada, mas apesar de tudo, a escola do campo propõe uma educação diferenciada, em que existe um momento para as aulas teóricas e outro momento na comunidade, em que é aplicado o que foi aprendido em sala de aula, tornando assim uma metodologia diferenciada.

Resultados e discussões

Ao pontuar as práticas de uma professora do campo voltadas para um aluno surdo. Neste sentido, foi definido prática pedagógica como sendo,

Trata-se como uma prática social que visa a formação humana, podendo ocorrer em espaços e tempos escolares ou nos espaços de socialização política, onde florescem as experiências e trocas de saberes que ocorrem fora dos espaços e tempos escolares, mas que guardam a intencionalidade do desenvolvimento de processos educativos necessários a formação humana (SOUZA, 2006, p. 101).

Através de entrevista buscou revisitar a fala da professora como foi a experiência, entendendo que o relato e discussão da prática é fundamental para a produção de conhecimentos científicos. Relacionando a prática da professora com o pensamento de Lira (2016, p. 83), cita-se o conceito de educação inclusiva, ou seja,

Por educação inclusiva se entende o processo de inclusão verdadeira de todos aqueles e aquelas que possuem necessidades especiais ou dificuldades de aprendizagem na base comum do ensino, em todos os seus níveis: da pré-escola à pós-graduação, sendo um processo contínuo e que necessita ininterruptamente, de revisões.

Na localidade Pilões, interior da cidade de Floriano-PI, a professora Marilene, lecionou em uma escola pública, polivalente, do campo, para um aluno surdo, desde a educação infantil até o 5º ano do ensino fundamental. Quando perguntou a professora Marilene sobre como foi a primeira experiência em ter tido um aluno com surdez ela pontuou que: “Teve um primeiro entendimento que o fato do aluno surdo não conseguir escutar a aula, dificultava a possibilidade deste aluno absorver e assimilar os conteúdos, sendo a comunicação e o acolhimento os principais focos em aula”.

O aluno, a professora e nem os outros alunos da escola não sabiam LIBRAS, fazendo com que a professora buscasse outros meios para acontecer a comunicação. Acontecendo a comunicação, o processo de construção do conhecimento é possibilitado, em que a professora destaca,

Era através de desenho o mais que nós trabalhávamos era sobre o lúdico, através de desenho de brincadeira, era assim. Ele é um menino muito inteligente só basta você dá a inteligência para ele, a atenção, porque, a inteligência dele já tá com ele, ele é um menino surdo, mas ele é muito curioso. Escrevia e sabia ler. Quando eu colocava a letra no quadro pra ele, pedia pra ele colocar no caderno e eu formava uma palavra com aquela letra, ali nós pedimos pra ele formar outra palavra e dali ele se vira. Colocava um desenho lá e dizia a primeira letra, pegava uma figura de animais seja do que fosse não tem, aí dizemos que o animal pertencia a ciência, se eu pegasse um objeto uma mesa eu dizia uma história, sempre a aula dele eu tinha um lúdico para ele (PROFESSORA MARILENE, 2020).

Percebemos que a professora procura se informar e possuía preocupação em transmitir

o conteúdo para os alunos. Neste sentido, Lira destaca: “No processo de aquisição de linguagem, a criança surda poderá apoiar-se na leitura labial e na língua de sinais (Língua Brasileira de Sinais-Libras)” (LIRA, 2016, p. 87).

A experiência diante da educação especial certamente é muito importante para assimilação de como o professor vai lidar com a prática. Lira (2016) pontuou que a formação continuada teria como principal função mobilizar os professores a necessidades de buscas, pois a profissão docente sempre está passível de encontrar desafios a serem superados. O mesmo autor reforçou: “A formação do professor é, portanto, uma ação contínua e progressiva, envolvendo várias instâncias e atribuindo uma valorização significativa para a prática pedagógica [...]” (LIRA, 2016, p. 40).

A metodologia de aplicação do conteúdo e a forma de avaliação, a educadora Marilene destacou que em suas práticas didáticas a utilização do lúdico, de desenhos, do livros, de atividade do livro, exemplos com ilustrações, a gesticulação das mãos, usava a lousa para trabalhar textos e assimilação da escrita através de atividades de formação de palavras. A maior atenção com aluno surdo, trazendo a cadeira dele para mais perto de sua mesa e passava cuidadosamente os conteúdos.

Quanto a avaliação, a professora preservou quase que a mesma avaliação, a maior diferença em seu relato é na forma como aplicava a avaliação. Com maior atenção voltada ao surdo, para que conseguisse ler e interpretar a avaliação a fim de respondê-lo. Na fala da professora mencionou: “Tinha que ser igual, com pouca diferença, tinha que ser igual mais, diferença pouca, porque mesmo ele sendo surdo a gente mostrava as letras para ele, ele entendia a letra, dizia que letra era aquela e na hora da avaliação a gente estava diferenciando” (PROFESSORA, 2020).

Em relação a ajuda da família no processo educativo do aluno a professora falou que apenas a mãe era presente e o ajudava. A educadora, acrescenta que a mãe dele relatou a ela sobre a não aceitação do filho dele na sala e na comunidade do campo. Também disse que o aluno tinha uma frequência ativa e não costumava faltar. A educadora citou: “A mãe dele sim, a mãe dele é muito dedicada tinha muita preocupação com ele. Era sempre presente nas reuniões e tudo e sempre, ela dizia uma coisa assim porque sempre o pessoal ninguém aceita o filho dela”.

Neste momento ela acabava pontuando as interrogações do aluno surdo para com ela, em relação a não entender o motivo das agressões por parte dos seus colegas de classe. O aluno dizia para a professora seguinte: “Por que é que os meninos não gostam de mim tia? Ele sempre gostava de dizer isso, mas ele era amigo de todo mundo, não mexia com o pessoal não. Logo ele era filho único, a mãe dele tinha dois filhos, mas com o pai dele ele era filho único” (PROFESSORA, 2020).

A professora destacou que a grande dificuldade além da comunicação era que a única interação do demais alunos com ele era para praticar o bullying. Ela lembrou a fala da turma que dizia: “Não tem paciência fala anda logo surdo velho, eu apoiava muito ele, eu sempre estava no pé dele, porque eu tinha medo de um dia cair para mim também não é (PROFESSORA, 2020).

O raciocínio da professora em defesa de um tratamento igualitária e respeitoso para com o aluno, era que ela e qualquer outra pessoa estaria passível de ter em sua família algum familiar com deficiência. Portanto era dever respeitar as necessidades dele e incluí-lo no processo de construção da educação em sala de aula, mesmo não sendo nenhum familiar. Lira (2016, p. 46) cita que “as sociedades sempre descobrem novas formas de diferenciação, por isso a inclusão é um processo sem fim e deverá sempre caminhar sanando os males”. Ou seja, a inclusão faz parte da escola e da sociedade, em que deve lidar com o diferente.

A docente relatou que mesmo ela não estando sendo professora dele na atualidade, soube de relatos de bullying para com ele na nova escola.

Ainda hoje, olha ele vem dentro do ônibus os meninos disseram agora um dia desses para mim que ele vem dentro do ônibus aí tacam um empurrão nele que ele não escuta,

ele não se sustenta dentro do ônibus porque ele é surdo, ele não ouve quem vem atrás dele, tacam um empurrão nele (PROFESSORA, 2020).

Esta exclusão, segundo a docente, não acontecia só com os colegas, mas as próprias professoras excluíam, como ele estudava em uma escola polivalente, várias séries em uma turma só, fazendo com que as cinco professoras se dividissem diante da dificuldade para conseguirem ministrar as aulas. No relato de Marilene para com as atitudes das outras professoras e o descaso das mesmas para com práticas inclusivas, sendo elas mesmas preconceituosas, chegando a recusar da aula a ele.

Ainda Marilene (2020) citou o seguinte:

Tem professor que diz assim a eu não sei cuidar dessa pessoa não, nós éramos quatro professoras dentro da sala, tinha hora que elas diziam manda esse menino para Marilene, manda a professora para lá que ela tem jeito com esse menino, esse menino só tem jeito com ela. Se eu dizer para você que um dia eu cheguei lá atrasada, quando eu cheguei lá o menino estava chorando do lado de fora aí quando eu cheguei lá eu disse a menina da cantina mulher porque essa criança está chorando. Ela não mulher é porque as meninas botaram para fora e fecharam a porta tão tudo lá dentro da sala e fecharam a porta. Nesse episódio ele estava no quarto ano.

Dentre as professoras que lecionaram na escola, apenas a professora Marilene, relatou ter práticas inclusivas, sendo relatada práticas desumanas e de exclusão das demais professoras. Perguntou a professora Marilene se o aluno surdo conseguia acompanhar o conteúdo no mesmo ritmo dos demais. Ela colocou que sim, mas, para que isso acontecesse ela tinha que dar mais atenção para ele em relação aos outros, no momento da aula.

Tinha vez que sim, porque eu sempre colocava ele do meu lado porque não podia ficar junto com os outros, pois os meninos têm que ficar mexendo caçando conversa sorrindo aí eles diziam que eu estava adulado, ah! é porque a senhora tá adulado ele, não adulando, você só pode dizer que eu estou adulando ele no dia que você tiver um igual ele na sua família ou quando você casar tiver um igual a ele ou pior (MARILENE, 2020).

Neste sentido, a professora foi coerente em esclarecer o que estava fazendo, como também alertar que qualquer pessoa poderia ter um filho ou indivíduo na família especial. Assim, Lira cita: “Cabe assim ao professor formar cidadãos plenos capazes de intervenção divina e produtiva na sociedade promovendo a inclusão social” (LIRA, 2016, p. 46).

A partir do momento que a escola recebe o aluno com deficiência surge interesse da comunidade pedagógica de preparar para propiciar uma vivência plena no ambiente visando seu desenvolvimento. As dificuldades não fazem menos merecedores que os demais, que suas práticas pedagógicas, não são neutras, necessita de humanização, rigor, ética e auto avaliação.

Com isto, é necessário que todo o corpo docente tenha rigor nas colocações acima, em que uma prática ética com a comunidade escolar é fundamental para o desenvolvimento da escola. É favorável que a própria instituição escolar realize a auto avaliação da sua atuação perante o conselho escolar, em que isso venha ter bons resultados no futuro.

Considerações finais

Para entender esse momento das considerações desse estudo, é necessário voltar para o início do nosso estudo com a indagação: Como ocorreu a prática pedagógica de uma professora do campo com aluno surdo? No relato da professora foi identificado que a mesma teve dificuldade de comunicação com o aluno a ser superado a cada aula, pelo fato de nenhum dos dois saberem a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS). Mas por meio da ludicidade, passava o conteúdo de maneira lúdica para que o educando surdo compreendesse.

Os demais colegas de classe não respeitavam o colega surdo e sua singularidade, praticando bullying. O que acarretava em um tratamento agressivo e segregador de vivência dos colegas da escola com o aluno surdo. Ao invés disso, a escola deve propiciar a inclusão daquele aluno com sua singularidade, ela exclui o aluno, indo contra a sua proposta de emancipação e desenvolvimento cognitivo.

Sabe que a lei de nº 10436 de abril de 2002, considera a Língua Brasileira de Sinais (LIBRAS) sendo uma forma de comunicação e expressão, onde a escola é obrigada a incluir o aluno surdo na sala de aula regular, que vai vivenciar as práticas educativas, possibilitando seu desenvolvimento cognitivo e afetivo. No ano de 2005 é instituído o decreto 5.626/2005 que regulamenta a lei 10.436 de 24 de abril de 2002. O documento estabelece que a disciplina LIBRAS é obrigatória, sendo aplicada em instituições públicas e privadas.

Diante das informações elencadas acima, é obrigatória a inclusão de diferenças na educação pública regular de ensino, pela escola, garantindo o direito de todos a educação. Para que a inclusão aconteça é necessário problematizar a postura da escola, dos professores, se estão indo de encontro com a postura de professores mediadores do saber que, possibilitam através de seus métodos uma postura a criação de conhecimentos. Ainda, deve eliminar qualquer preconceito que o indivíduo possa ter com alguém especial. A prática educativa não é neutra e deve visar a emancipação humana e o desenvolvimento cognitivo.

O relato e discussão da prática educativa são fundamentais para a produção de conhecimentos científicos. Alguns desafios que a educação precisa superar: práticas educativas dos professores para incluir alunos com necessidades especiais, recepção inclusiva da comunidade escolar, crie políticas públicas que garanta e fiscalize a lei para que todos tenham acesso à educação. Neste sentido, o presente artigo tornou um material para os pesquisadores que estuda essa temática.

Referências

AMADO, Janaina; FERREIRA, Marieta de Moraes. **Usos e abusos da história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2006.

ARROYO, Miguel Gonzalez. A educação básica e o movimento social do campo. In: ARROYO, Miguel Gozalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.

BRASIL. [Constituição (1988)]. **Constituição da República Federativa do Brasil**. Organizado por Cláudio Brandão de Oliveira. Rio de Janeiro: Roma Victor, 2002.

BRASIL. Lei Federal 10.436 de 24 de abril de 2002. **Dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - Libras e dá outras providências**.

Decreto 5.626 de 22 de dezembro de 2005. Regulamenta a Lei nº 10.436, de 24 de abril de 2002, que **dispõe sobre a Língua Brasileira de Sinais - LIBRAS**, e o art. 18 da Lei nº 10.098, de 19 de dezembro de 2000.

FERNANDES, Bernardo M; CERIOLI, Paulo R.; CALDART, Roseli S.; Primeira Conferência Nacional " Por uma educação básica do campo". In: ARROYO, Miguel Gozalez; CALDART, Roseli Salete;

- MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FERNANDES, Bernardo M. Diretrizes de uma caminhada. In: ARROYO, Miguel Gozalez; CALDART, Roseli Salete; MOLINA, Mônica Castagna (Orgs.). **Por uma educação do campo**. Petrópolis: Vozes, 2004.
- FIALHO, Lia Machado Fiuza *et al.* O uso da história oral na narrativa da história da educação no Ceará. **Rev. Pemo**, Fortaleza, v. 2, n. 1, p. 1-13, 2020. Disponível em: <https://revistas.uece.br/index.php/revpemo/article/view/3505/2954>. Acesso em: 02 abr. 2021.
- GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008.
- LAKATOS, E. M.; MARCONI, M. A. **Fundamentos da metodologia científica**. 5ª ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LIMA, Camila Machado de. **Educação de surdos: desafios para a prática e formação de professores**. Rio de Janeiro: Wak, 2015.
- LIRA, Bruno Carneiro. **Práticas pedagógicas para o século XXI: a sócio interação digital e o humano ético**. Petrópolis: Vozes, 2016.
- MEURER, Ane Carine. Projeto Político-pedagógico escolar: questões a serem refletidas nas escolas do campo. In: MATOS, K. S. A. Lopes de (Org.). **Experiências e Diálogos em Educação do campo**. Fortaleza: Edições UFC, 2010.
- POLAK, Ymiracy N. de Souza; SANTANA, José Rogério; ARAÚJO, Helena de Lima Marinho Rodrigues. **Dialogando sobre metodologia científica**. 2. ed. Fortaleza: Edições UFC, 2014.
- QUADROS, Ronice Muller de. **Educação de Surdos: a aquisição da linguagem**. Porto Alegre: Artmed, 1997.
- RIBEIRO, Raimunda Maria da Cunha. **A pesquisa científica no campo da educação: pontos e passos**. Teresina: EDUFPI, 2015.
- SOUZA, Maria Antônia de. **Educação do campo: propostas e práticas pedagógicas do MST**. Petrópolis, RJ: Vozes, 2006.
- THOMPSON, Paul. **A voz do passado: história oral**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1992.